

O Poder e a Voz dos Manuais Escolares

Maria Helena Henriques Saldanha
Agrupamento de Escolas de Campo Maior

Os manuais escolares concorrem com outros recursos didático-pedagógicos decorrentes do uso das novas tecnologias no ensino e continuam a liderar as atividades de planificação e operacionalização das aulas da maioria dos docentes. Esta realidade, validada em diferentes investigações certificadas, coloca uma questão fundamental para a promoção de boas práticas educativas: os professores têm consciência do conteúdo e do impacto dos livros escolares na construção de conhecimento, da identidade e da cidadania dos alunos?

O corpo docente investe na seleção de manuais escolares que correspondam, prioritariamente, aos normativos legais e, em particular, às orientações curriculares de ordem programática e operativa, com o objetivo de ministrar o *saber* que será aferido, previsivelmente, através de mecanismos reguladores e de avaliação das aprendizagens dos discentes. Todavia, na sua generalidade, os professores não são indiferentes ao discurso sociocultural proferido por intermédio das representações icónico-verbais presentes nesses recursos pedagógicos.

Face às evidências recolhidas junto de profissionais do ensino, impõe-se desencadear e, nalguns casos, reforçar um trabalho de “escuta”, de análise e de (re) conhecimento criterioso das linguagens icónico-verbais que corporizam os livros escolares. Depois de dotar os ensinantes de um conhecimento teórico significativo, o

qual deveria alicerçar-se em obras relevantes no estudo dos manuais escolares, nomeadamente de autores como Michael Apple, José Carlos Morgado e Marianela Cabral, importa, também, rever a funcionalidade, a relação com os currículos oficiais, bem como a transmissão de modelos e a Educação para a Cidadania nos materiais escolares considerados.

Como refere Alain Choppin, o livro escolar é um *utilitário polivalente*, pois congrega valências e funções diversificadas. Deve-se salientar que o manual escolar é um mediador de exceção no processo de seleção e transmissão de conteúdos curriculares, na regulação da prática pedagógica e de socialização e de culturalização dos indivíduos. Os estudos científicos provam, ainda, que o seu conteúdo icónico-verbal privilegia, por um lado, a transmissão do conhecimento ministerialmente selecionado e, por outro, as representações, as normas e os valores socioculturais generalizados, recorrendo, por vezes, ao curriculum informal (ou oculto) para lograr este objetivo.

Refletindo, percebe-se que o curriculum oculto encarna um poder de persuasão que, com alguma frequência, ultrapassa o do curriculum formal em matéria de Cidadania. Dito de outro modo, admite-se que os livros escolares difundem, explícita ou implicitamente, padrões de conduta, percepções estereotipadas da realidade, valores e ideologias dos grupos sociais e do género dominantes, fatores cruciais na

construção da identidade pessoal e social dos alunos.

Consequentemente, o professorado deve apostar em analisar e selecionar de forma mais criteriosa os materiais pedagógicos em causa e na sua formação profissional em Educação para a Cidadania. Sabendo mais sobre as potencialidades destes instrumentos mediadores do ensino,

aprender-se-á mais e melhor nas salas de aula.

Para terminar, conclui-se que os manuais escolares são recursos privilegiados na ação pedagógica em contexto escolar, porém o seu poder está condicionado à voz dos verdadeiros sujeitos de ensino e de educação – os professores.